



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150537 - MG (2021/0223920-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : SIRLEY FRANCISCO MARQUES (PRESO)
ADVOGADOS : BEN-HUR PESSOA SANTOS - MG195291
RAFAEL EXPEDITO MARQUES E OUTRO(S) - MG193453
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : ALMIR ABRAO ARANA CUNHA NETO
CORRÉU : IGOR CRISOSTOMO
CORRÉU : THALISON ANTONIO CORREA
CORRÉU : KAIQUE JUNIOR RODRIGUES PAIXAO
CORRÉU : LUAN AUGUSTO DE PAULA SOUZA
CORRÉU : LUCAS JOSE AVILA
CORRÉU : AMARILDO ANTONIO BRITO
CORRÉU : STHEFANIA DOS SANTOS TAVARES DIAS
CORRÉU : CONCEICAO LAZARA DANIEL
CORRÉU : CRISTINA DE MATOS BATISTA
CORRÉU : JOAO PAULO ANTONIO DANIEL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por SIRLEY FRANCISCO MARQUES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (10000211067657001).

O recorrente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta que não há fundamentação idônea para a segregação cautelar do recorrente e que é nula a decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva, uma vez que o magistrado de piso não concedeu vistas ao Ministério Público para se manifestar sobre o pedido da defesa. Alega que a prisão preventiva foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública e que não há *periculum libertatis*, pois inexistem indícios de que em liberdade o recorrente, que possui residência fixa e trabalho certo, venha a reiterar na suposta prática delitativa. Afirma que estão presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* a ensejar a concessão da liminar.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para que o recorrente seja posto em liberdade imediatamente. No mérito, pede o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, a fim de que possa responder ao

processo em liberdade e, entendendo-se de maneira diversa, que sejam aplicadas as medidas cautelares diversas da prisão, na forma do art. 319 CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente